



Artigo Original

O dançarinar como ato ético no acompanhamento de crianças em saúde mental

Dançarinar as an ethical act in the follow-up of children in mental health

Juliana Araujo Silva^a , Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima^a 

^aUniversidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil.

Como citar: Silva, J. A., & Lima, E. M. F. A. (2020). O dançarinar como ato ético no acompanhamento de crianças em saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(4), 1234-1250. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1945>

Resumo

Este artigo é um relato de acompanhamento apresentado na tese “Políticas do encontro e as forças selvagens na clínica infantojuvenil”, realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNESP-Assis. Relata uma história composta por questões pertinentes à clínica da atenção psicossocial com crianças e jovens. A composição dessa história acolheu o desafio de desviar da narrativa de histórias únicas, da reprodução de somente um lugar majoritário, com o intuito de dar passagem a novas perspectivas, fazendo aliança com a ideia de minoração deleuziana. Na tese, chamou-se a complexidade de forças, atravessamentos e acontecimentos presentes nas situações dos acompanhamentos clínicos, que dão visibilidade aos diferentes modos de construir aproximação, relação e cuidado, de políticas do encontro. Apresenta-se o acompanhamento de Violeta, uma criança com autismo. Ao longo da escrita, são pinçadas problematizações sobre: o trabalho grupal no CAPSij, a corporeidade das crianças e dos adultos e as estratégias de produção do comum. Tais questionamentos são potencializados pela composição com autores como Deleuze e Guattari, Fernand Deligny, Lapoujade e Lepecki. Concluiu-se que apostar na capacidade dos corpos de entrar em conexão ou acessar um comunismo primordial, ao desafiar o adultocentrismo e a redução da sensibilidade e afetividade corporal, podem ser estratégias disparadas na clínica da infância.

Palavras-chave: Saúde Mental, Prática Profissional, Corpo, Dança, Terapia Ocupacional.

Recebido em Maio 17, 2019; 1ª Revisão em Fev. 5, 2020; 2ª Revisão em Fev. 19, 2020; Aceito em Mar. 26, 2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Abstract

This paper is an extract from the thesis “Policies of the encounter and the wild forces in child and young people care” held at the Post-Graduate Program in Psychology of UNESP-Assis. It is a narrative of a story presented through issues pertinent to the psychosocial care clinic with children and young people. The composition of this story had the challenge of diverting from the narrative of unique stories, from the reproduction of only a majority place to allow new perspectives. It was named as the complexity of forces, crossings, and events present in the situations of clinical practices, which give visibility to the different ways of building rapprochement, relationship, and care. This text shows the history of Violeta, a child with autism. Throughout the writing, questions about working with groups in the CAPSij, the corporeity of children and adults, and the strategies of production of the common are highlighted. Such questions are strengthened by the composition with authors such as Deleuze and Guattari, Fernand Deligny, Lapoujade, and Lepecki. It was concluded that betting on the bodies' ability to enter into connection or access primordial communism, by challenging adult-centeredness, maybe strategies triggered in the childhood clinic.

Keywords: Mental Health, Professional Practice, Body, Dancing, Occupational Therapy.

1 Introdução

Este artigo é um relato de acompanhamento apresentado na tese “Políticas do encontro e as forças selvagens na clínica infantojuvenil”, realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNESP-Assis. A pesquisa pretendeu, por meio do relato de histórias menores – que buscam fazer orbitar em torno de si questões da clínica com crianças e jovens no contexto dos Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenil (CAPSij) – apresentar questões pertinentes à clínica da atenção psicossocial com crianças e jovens (Silva, 2018).

As composições dessas histórias acolheram o desafio de desviar da narrativa de histórias únicas, da reprodução de somente um lugar majoritário, com o intuito de dar passagem a novas perspectivas. Sobre as crianças e os jovens em cuidado em saúde mental, principalmente quando na periferia de cidades como São Paulo, existem alguns enredos de histórias únicas que acobertam complexificações essenciais para se pensar a clínica. O olhar reduzido à pobreza, aos sintomas apresentados, aos fenótipos vinculados com a marginalidade e com o menor valor social, reduzido às famílias que escapam aos moldes impostos enquanto saudáveis e normais, dá continuidade às histórias únicas, hegemonicamente relatadas aos quatro ventos. Uma das mais constantes tentativas na produção das histórias apresentadas, para que elas pudessem atingir um plano comum e ressoar com outras tantas histórias, foi a de desequilibrar os elementos de poder. Por isso o termo “menores” na relação com a operação de minoração mencionada por Deleuze, na qual, ao desequilibrar as relações de poder, permite-se “[...] liberar devires contra a História, vidas contra a cultura, pensamentos contra a doutrina...” (Deleuze, 2010, p. 36).

Minorar histórias que se pretendem únicas e que reduzam os sofrimentos, diferenças e transformações a sintomatologias, patologizações e protocolos de atendimento é uma forma de buscar escapar aos clichês que habitam o campo da saúde mental. Esses clichês produzem imagens fixas e endurecidas de crianças e jovens, classificando-os como loucos, com comportamentos indesejáveis e definindo a ação de profissionais como técnicas em prol de resultados adaptadores. Por meio da história de acompanhamento de Violeta¹, pretendemos trazer problemáticas relativas à composição entre corpos de adultos e crianças e às formas de organização dos acompanhamentos coletivos.

2 Violeta

Gritos, gritos e mais gritos. Agudos, irritantes. Gritos que ecoavam por todo o serviço, marcando sua presença. Corpo miúdo, aproximadamente três anos de idade.

Violeta comparecia ao serviço trazida por sua mãe, envoltas numa confusão da qual pouco era possível entender. A criança chegava com seus gritos/choros e a mãe agitada e cansada.

Falava-se muito, com as duas, em português. Pouco era entendido. A família era da Bolívia e, por mais que estivessem há um tempo no Brasil, falavam muito pouco português, pois passavam os dias quase ininterruptamente nas fábricas de costuras do centro da cidade. A rotina de costura era vivida pelas duas filhas do casal, pois mãe e pai se alternavam em turnos para costurar e cuidar da rotina familiar.

Violeta frequentemente jogava-se no chão, chorava, gritava, em uma experiência de profunda angústia. Sua mãe tentava comunicar, no pouco que conseguia em português, aquilo que lhe assustava e preocupava em relação à filha.

Passaram a participar de um grupo para crianças pequenas e seus familiares. Nesse grupo, que acontecia ao final da tarde, uma vez por semana, os participantes permaneciam juntos, esboçando brincadeiras e pequenas conexões entre as crianças presentes. Era um grupo de apoio aos familiares que viviam intensas dificuldades para cuidar das crianças pequenas. As coordenadoras faziam um trabalho de construir juntas gestos e possibilidades de intervenções com os familiares, além de realizarem conversas mais longas após horários dos grupos com as famílias que tinham urgências. Após um tempo neste grupo, Violeta passou a participar de outra proposta, num grupo de crianças sem os familiares/cuidadores, que participavam, no mesmo horário, de outro grupo, com outros profissionais. Aos poucos, foi possível o aumento de sua frequência no CAPSij e Violeta comparecia, em média, duas vezes por semana. Eram duas propostas diferentes, o que exigiu dos coordenadores conversas e disposição para, não somente recebê-la no início do trabalho grupal, mas para ajudá-la a conseguir estar lá sem a mãe. Era necessário acompanhar a circulação de Violeta, que buscava constantemente sua mãe pelo serviço ou simplesmente vagava pelo espaço. No início, ela conseguia ficar pouco tempo com as crianças, ou com as novas profissionais que a acompanhavam, iniciando um choro copioso caso não ficasse com a mãe no grupo dos familiares/cuidadores. Certos dias, por conta de seu choro, a mãe saía do seu grupo e ia ao encontro da filha, para tentar acalmá-la ou para ir embora.

¹Todos os nomes mencionados na pesquisa são inspirados na relação com os personagens. Os nomes originais não foram mencionados.

Violeta não procurava as profissionais ou se atentava ao que era dito ou proposto. Assim, parte do trabalho era como um investimento em se fazer notar, ou fazer com que as profissionais, as demais crianças ou algumas brincadeiras se tornassem objeto de interesse de Violeta. A tarefa era atrair seu olhar, sua atenção. A questão da pouca relação com as pessoas, com o ambiente e com a proposta não era exclusividade de Violeta, mas caracterizava também a forma de estar de outras crianças que formavam o grupo. Cada criança trazia seus modos mais particulares, mas, no geral, havia um certo afastamento entre elas e delas com os profissionais. Uma das crianças gostava de desenhar e conectar todos os objetos com fios, outra dizia estar sendo alvo de formigas e se fechava usando os *pufs* ao redor de seu corpo, outra queria brincar de bola sozinha, e por aí vai... Assim, o grupo, com duração de duas horas, era um espaço de tentativa de estar junto. E a cada dia as coordenadoras avaliavam os caminhos das propostas: num dia, tentava-se chamar as crianças para se aproximarem umas das outras, propondo-se brincadeiras coletivas, e em outros acompanhava-se cada qual em seu movimento. As brincadeiras coletivas eram desenhos no espelho ou em grandes folhas espalhadas pelo chão, brincadeiras com música ou roda. Algo que pudesse aproximar as crianças e construir sua circulação. Mesmo estando cada qual em sua atividade, havia um espaço compartilhado e tratava-se, então, talvez, de fornecer mais linhas a serem tramadas em busca de fortalecer os contatos. “Fazer o necessário para que a rede se trame. Fazer o necessário? Não há nada a fazer, senão permitir que a rede se faça” (Deligny, 2015, p. 109). Uma outra espécie de fazer, que não o tarefeiro, aparecia no movimento de buscar tramar um estar junto.

Tentar aliviar as crianças do lugar de falta ou defeito numa proposta clínica inserida em um dispositivo estatal, com seus protocolos e suas contabilidades de produção pautadas em diagnósticos psicopatológicos, é uma prática de resistência que pode acontecer em brechas, pequenas rupturas. Neste resistir, é preciso esboçar esse fazer que emerge quando, como escreve Deligny, “não há nada a fazer”. E, assim, aliviar ou se desviar de um exercício profissional que, a cada ação, faz surgir aquilo que à criança falta, por ter como ponto de partida o que não está ali, pelo menos do ponto de vista do modo normativo de ser. Ao seguir um certo modo institucional, de correção do que falta às vidas infantojuvenis, esse modo de exercício profissional produz um excesso que, como argumenta Deligny, não colabora com o acesso a um certo comum, da trama de uma rede, que é vital. Ele escreve

[...] a rede não é um fazer; é desprovida de todo *para*; todo excesso de para reduz a rede a farrapos no exato momento em que a sobrecarga do projeto é nela depositada [...] a sobrecarga do projeto, por sua vez tão coercitivo que se faz tomar por razão de ser da rede (Deligny, 2015, p. 25).

No contexto de uma clínica exercida em atrelamento ao Estado, como é a clínica dos CAPSij, não é possível operar um desprovimento de toda finalidade, “de todo para” ou um alívio total da “sobrecarga do projeto”, como pensa Deligny, com base na experiência das presenças próximas nas Cevenas². Mas é possível instaurar brechas, pequenas rupturas ou momentos nos quais se possa acompanhar fluxos que surgem e

²Fernand Deligny organizou um espaço de convivência entre adultos e crianças com autismo no interior da França. Lá, trabalhavam modos de relação silenciosos e sem exigências quanto à modificação do comportamento das crianças.

que desorganizam as formas mais normativas de olhar as crianças e os jovens, em experimentações vividas entre os corpos.

Seguindo os movimentos de experimentação com Violeta, sua mãe começou a levar a outra filha para os atendimentos, num arranjo possível para coordenar os horários de escola e atividades das filhas e colaborar com a presença de Violeta no grupo. A coordenação do grupo permitiu que a irmã participasse, um tanto em dúvida do quanto seria benéfico para as meninas, mas abrindo-se às possibilidades que surgiriam. A presença da irmã era muito silenciosa, sempre ao lado de Violeta, com olhares muito atentos a todos os presentes. Ela também parecia entender pouco o Português e a mãe dizia que a escola apontava dificuldades na aprendizagem e nas relações. Com a irmã, Violeta conseguia permanecer mais tempo no grupo, embora se aproximando somente da irmã e não de outras crianças. Mas era uma parceria que começava a se fortalecer para os espaços fora do grupo, como a casa. A coordenação (realizada por três profissionais de diferentes formações) buscava se aproximar da dupla e contagiá-las com as demais presenças.

Violeta, a princípio, interessava-se pouco pelos objetos e exercitava experimentações corporais. Corria, andava, rodopiava, deitava no chão, rolava, balançava os braços. Após um tempo, descobriu o espelho, que cobria uma parede inteira da sala na qual o grupo acontecia na maior parte das vezes. Era ela e o espelho... entre todos os outros. A irmã começou a se aproximar de outras crianças no grupo, que contava com novas entradas e com crianças que brincavam um pouco mais juntas. Ela permanecia lá, olhando para o espelho, fazendo mudança em sua expressão facial e mais tarde improvisando pequenas “coreografias”. As outras crianças passavam ao lado, trombavam, olhavam sua dança particular.

O espelho passou a ser alternado com as colagens, pinturas, desenhos que eram propostos ao grupo. Exploraram-se os movimentos, as pinturas sobre o espelho, desenhos dos corpos, desenhos nos corpos, aproximações corporais ritmadas, pequenas danças, aconteciam mordidas, beliscões, apertos e toques. Experimentou-se banho de piscina e de mangueira no calor (improvisada com tanquinho de areia), pulos em piscinas de bolinhas, saídas para a praça do bairro, lanches coletivos. O grupo era um espaço no qual as palavras não ditavam os caminhos e nem protagonizavam o que acontecia, deixando as profissionais, levemente, mais quietas. Levemente, pois não se deixou de usar as palavras e nem de incentivar a fala das crianças.

Com o tempo e com a frequência nos espaços, Violeta foi transformando seu modo de estar junto, assim como as outras crianças e a coordenação. Os circuitos das crianças apresentavam pontos em comum, nos quais elas trocavam olhares, palavras, brinquedos e empurrões, e quando brincavam separadas parecia haver, em muitos dias, um ritmo compartilhado. Esses circuitos e os pontos em comum tinham, na maioria das vezes, a ver com objetos em uso, brinquedos que chamavam a atenção do outro, um escorregador que alguém estava a escorregar, a pia com a água que alguém abria, a bola circulando entre as pessoas, o espelho da sala, os lápis coloridos compondo uma possibilidade de serem usados. Gestos que iam atraindo uns aos outros. Como diz Deligny (2015, p. 92), “[...] é flagrante que as coisas têm prioridades garantida, as coisas, e não as coisas inertes, mas as coisas em movimento, as coisas e seu movimento, as coisas em seu movimento”.

Em um certo momento do serviço, foi necessário que os grupos inventassem um nome para serem inseridos no sistema de produção. Houve a tentativa de perguntar às

crianças qual o nome que poderia ser dado. Uma criança repetia: Grupo Grupo. Grupo Grupo. O nome escolhido para o sistema não foi esse, afinal, soava um tanto esquisito. Mas essa repetição trazia em si algo daquela experiência. Um grupo que explorava ser grupo, que vivia um certo tipo de grupalidade.

De tempos em tempos, surgiam dúvidas na equipe sobre esse movimento grupal, observações de pessoas que passavam e viam cada qual ao seu jeito ou na sua exploração e traziam questões para a coordenação. Não se tratava de reclamar do modo “desviante” grupal, mas de abrir campo para pensar o que era aquela grupalidade que não se apresentava em torno de um fazer único: todos pintando, todos brincando da mesma coisa.... Não era um combate, como em outros momentos de discussão da equipe, mas dúvidas que traziam a possibilidade de explorar os problemas, como escreve Deligny (2015, p. 231), “[...] suspender a compreensão abusiva assinala o início de um procedimento de melhor quilate”.

O pulso daquele grupo, que era um espaço e tempo de estar junto, envolvia momentos nos quais as brincadeiras compunham mais entre si, com momentos que compunham menos. Momentos em que não havia propriamente brincadeiras, mas um estar no espaço, explorando, ou no mesmo lugar. De certa forma, estavam todos juntos e compartilhando de um meio intensivo, recheado de pequenos gestos, sonoridades heterogêneas, estranhamentos, iniciativas, lentidão. Um grupo atípico, pois talvez fosse mais um devir-grupo do que outra coisa. Barros (2009) escreve sobre um devir-grupo como um modo de viver composições pelas quais os diferentes modos de existências possam devir outro.

[...] devir-grupo não é, assim, transformar um conjunto de pessoas em grupo a partir das representações internas que cada um possa construir sobre o outro [...] tampouco devir espaço de ressonâncias de fantasmas individuais [...] é desmanchar o grupo-molar-intermediário, fazer contato com fluxos informes que habitam o terreno da multiplicidade pré-individual. Devir-grupo é conectar-se com partículas explodidas das instituições (Barros, 2009, p. 293-294).

O grupo acontecia à tarde e havia a tentativa de ter um tempo após seu término para fazer os registros em prontuários, conversar com alguma família e avaliar o trabalho entre as coordenadoras. Assim, poder compartilhar o vivido, os movimentos, o que foi visto e o que pôde acontecer. Contudo, poder ter tempo de descanso entre as tarefas para, minimamente, recolher efeitos do momento e construir passagens entre as diferentes tarefas e suas qualidades não é possível devido ao excesso de trabalho cotidiano. Estar em um espaço como este, com quase duas horas de duração, na tentativa de exercer uma forma de coordenação, com tantas variações e pequenos detalhes, deixava as coordenadoras cansadas, e para além dele havia todas as outras demandas do serviço.

2.1 Coreografias

Após quase dois anos no serviço, Violeta selecionava e agrupava bonecos e começava a morder as crianças perto dela. Algumas pessoas ficavam assustadas, pois é usual vincular mordida à agressividade e agressividade a algo moralmente ruim. Assim, havia

o trabalho de ajudar Violeta a se relacionar de outra forma que não mordendo e também o de questionar essas vinculações rápidas que encobriam um contato importante que a criança fazia com as demais, abrindo um campo de experimentação do contato corporal próximo.

As primeiras palavras foram surgindo e quando ela não queria algo ou estava irritada, brava com alguém, ouvia-se um longo “Mamãe” ou “Socorro”. O “mamãe” era, por vezes, direcionado à sua mãe e, em outras, à pessoa mais próxima. As bonecas em suas mãos agora tomavam banho na pia, andavam dentro de carros, eram penteadas ao som de temas de filmes e desenhos que ela começava a cantarolar. Violeta procurava os objetos que queria no espaço, ampliava suas brincadeiras e, em seu andar, entrava momentaneamente nas brincadeiras dos outros. Era como se ela costurasse seus caminhos por entre as demais crianças. Quando estava imersa na brincadeira que ela própria havia iniciado, tornava-se bem resistente às interferências de outras crianças com gritos e empurrões.

Outras experimentações foram acontecendo com a presença de Violeta no serviço. Em torno do quarto ano de seu acompanhamento, Violeta passou a frequentar o espaço chamado no serviço de *convivência* e não mais ir aos “grupos fechados”³. Chamava-se de convivência uma estratégia que disparava muitos desafios para o serviço e que exigiu muitas discussões. Embora o nome convivência traga em si o desafio da clínica num contexto mais amplo, de produzir formas de conviver mais afirmativas das diferenças dos modos de existência, a convivência no CAPSij era um momento em que certo número de profissionais, geralmente 4 por turno (manhã e tarde), ficavam disponíveis para estar com quem estivesse no serviço. As crianças e os jovens podiam comparecer por indicação de seus técnicos de referência (que organizavam os projetos terapêuticos singulares) ou porque estavam no serviço para serem acolhidos, ou em cuidado intensivo e passavam o dia lá.

Essa estratégia é um investimento dos serviços CAPS, muitas vezes chamada de *ambiência*, mas, no início, ficava subestimada em relação aos grupos. O CAPSij tinha grupos para crianças e jovens de todas as idades, na maioria fechados, que duravam de uma a três horas e que tinham no máximo 8 ou 9 crianças/jovens. Esse modo de trabalho, com vários pequenos grupos, muitas vezes colocado como um modo de fazer clínica tradicional, foi questionado por alguns profissionais que percebiam haver uma restrição dos entendimentos de grupalidade e de cuidado. A equipe se perguntava se esta forma, com vários grupinhos fechados, não restringia o cuidado e as possibilidades relacionais, já que cada criança era conhecida apenas por um pequeno número de profissionais. No entanto, a aposta na priorização da convivência nunca foi um consenso, pois havia também uma ideia para algumas pessoas de que espaços mais abertos pudessem ser menos terapêuticos.

No início desta investida na reorganização do serviço, foram feitas avaliações das crianças que já conseguiam circular de forma mais ampla e se relacionar com maior número de pessoas. Nesta avaliação, Violeta foi incluída e passou a frequentar somente este espaço aberto, algumas manhãs na semana. As convivências foram ora mistas e

³A equipe denominava como *grupo fechado* os espaços nos quais organizavam a participação de forma mais controlada por faixa etária mais próxima, com propostas de atividades mais sequenciais, nos quais a inserção de uma nova criança acontecia somente por meio da conversa e análise da equipe e dos coordenadores do grupo.

depois separadas por faixa etária. Chegavam a receber mais de treze crianças por períodos, com brincadeiras que envolviam a todos e que, com o passar o tempo, dissolveram-se em diferentes brincadeiras concomitantes. Os coordenadores se espalhavam para acompanhar o que surgia. A posição de coordenação da convivência era similar a do Grupo Grupo. O esforço era o de acompanhar os fluxos que surgiam, compor com eles, no lugar de assegurar um controle da coordenação do que deveria supostamente acontecer e de como.

Essa relação com o controle do que poderia surgir talvez seja um dos maiores desafios na construção de formas de cuidar que desviam das formas já conhecidas e muito utilizadas. Repensar a grupalidade e a posição da coordenação desloca orientações mais diretivas de como fazer interferências nas gestualidades das crianças; cria uma zona com maior caoticidade que pode ser germinativa para novos gestos e elaborações, mas que, se entendida como confusão, pode ser estrangulada pela necessidade de controle. Por isso, há aí uma necessidade de reconstruir a presença dos profissionais de forma a permitir ver, no que é caótico enquanto germinativo de formas, possibilidades expressivas dos diferentes modos de existências. Isso porque, para podermos ver aquilo que difere das formas normativas, é preciso agir nos espaços e poder reorganizar formas controladoras ou disciplinadoras de incidir sobre o corpo de outros.

Lapoujade (2017), em seu estudo sobre as ideias de Étienne Souriau e as existências mínimas, afirma a necessidade de podermos criar formas de ver “alguma coisa”, alguma coisa outra, única, mínima, dos diferentes modos de existência. Ao partir de um exemplo sobre uma mãe que, distraída, recoloca os objetos no lugar “de sempre” após eles serem dispostos diferentemente por uma criança em cima de uma mesa, escreve:

[...] podemos dizer que é a disposição cuidadosa dos objetos que mostra presença de um ponto de vista da criança – inteiramente transportada para a disposição dos objetos. Nos dois casos, teremos razão; ela vê os objetos, pois mexe neles e os arruma, o que ela não vê é o modo de existência deles sob o ponto de vista da criança, a arquitetura esboçada diante de seus olhos. O que ela não vê é o ponto de vista da criança: ela não vê que há um ponto de vista que existe a seu modo (Lapoujade, 2017, p. 43-44).

As convivências, na caoticidade germinativa⁴ própria ao seu modo aberto, deixavam à mostra pontos de vista variados a serem percebidos, afirmados e, principalmente, compostos por outros, num plano de compartilhamento. Eram espaços de emaranhados de linhas, de circuitos próprios, ritmos diversos que faziam saltar as potências e as dificuldades de cada modo. Num espaço menos controlado, era mais comum surgirem conflitos entre as crianças, principalmente as que traziam mais dificuldades de estar junto. Muitas vezes, a criança chegava com uma queixa de “comportamento” da escola ou da família e, nos atendimentos individuais ou em poucas pessoas, nada era percebido. Mas, num espaço sem tanto controle dos adultos e com muitas crianças, tornavam-se mais presentes essas questões. Talvez a presença da coordenação se fizesse mais marcada nesses momentos nos quais as dificuldades se tornavam proeminentes, pois, no geral, os

⁴A formulação caoticidade germinativa tem referência aos trabalhos de Deleuze e Guattari e em especial ao texto de Suely Rolnik “Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea”, de 1999 (Rolnik, 1999).

Pequeno jogo de perguntas e respostas, ao qual outro profissional se agregou e uma nova forma de comunicação foi descoberta. Noutras vezes, podia-se estar com ela num simples murmurar de canções ou em silêncio.

De toda forma, a composição dos corpos em detrimento de um certo controle do corpo do outro e a compreensão de um trabalho terapêutico com objetivos mais amplos do que a adaptação e a normatização dos gestos e comportamentos são formas de desorganizar o que já está instalado nas corporeidades adultas, normatizadas, e que se introduz fortemente nas corporeidades das crianças, com os dispositivos escolares, entre outros, que enquadram suas possibilidades de movimentação e circulação pelos espaços. André Lepecki nomeia de coreopolítica a ação de desestabilizar “[...] subjetividades predeterminadas e corpos pré-coreografados”, submetidos a uma coreopólicia que ordena as circulações e os trânsitos e, apesar do agito, mantém tudo no mesmo lugar (Lepecki, 2012, p. 57). Os corpos na situação clínica podem ser potencializados a partir de operações que os deslocam e mantêm muito pouco no mesmo lugar. O refazimento de corporeidades, tanto dos profissionais como daqueles que eles atendem é um movimento importante para abrir fendas que façam fluir fluxos de vida.

A diferença entre a experiência da convivência e os grupos pequenos e fechados com tais crianças é que a primeira evoca uma potência coletiva caótica germinativa que impulsiona com mais força deslocamentos a serem vividos pelos profissionais, mesmo que estes resistam a tais desfazimentos e refazimentos. Reorganizar os espaços do CAPSij, ou seja, ampliá-los ao sair das salas com portas fechadas e ocupar o quintal da casa, a cozinha, o jardim, as praças do bairro, a recepção do serviço com crianças correndo é fazer um outro chão para que as coreografias de composição possam acontecer. Ademais, é diminuir a força de incidência do que André Lepecki chama de *coreopólicia*. O coreopolicamento seria uma certa gestão do movimento no tecido urbano, de forma a manter tudo conforme o já organizado. O autor utiliza a figura da polícia para pensar essa função de ordenação das possibilidades de circulação e de movimento. Ele escreve:

[...] a polícia, em outras palavras, coreografa. Ou seja, é ela que garante que, desde que todos se movam e circulem tal como lhes é dito (aberta ou veladamente, verbal ou espacialmente, por hábito ou por porrada) e se movam de acordo com o plano consensual do movimento, todo o movimento na urbe, por mais agitado que seja, não produzirá nada do que mero espetáculo, de um movimento que, antes de mais nada, deve ser um movimento cego ao que o leva a mover-se (Lepecki, 2012, p. 54).

Quanto de policial existe num corpo terapeuta? Num corpo profissional da saúde mental? Num corpo adulto frente ao corpo de uma criança? Quão organizados e endurecidamente estão os corpos adultos para poder seguir no acompanhamento de coreografias outras, desviantes dos modos disciplinados e compreendidos por civilizados? Coreografias feitas por crianças e jovens que modificam as funções predeterminadas dos braços ao não fazerem movimentos necessariamente utilitários e jogá-los ao ar de tempos em tempos; que desobedecem a linha de filas e furam as ordenações dos espaços coletivos; que fazem outros usos da voz ao não conversarem e sim gritarem. Como desfazer certos tipos de grupalidade para viver outros como a de uma convivência? Quais procedimentos e invenções são necessários para colaborar com

o refazimento dos corpos profissionais em prol da composição com estas crianças, tirando-as do lugar faltoso da disciplina e do policiamento?

2.2 Convites a dançarinar

De certa forma, nos diferentes acompanhamentos de Violeta, havia uma convocatória aos profissionais para viver outra coisa, outro lugar que não o propositos de “fazer” determinados por eles. Com base na relação com esse modo de ser, ou essa capacidade de algumas crianças autistas, “[...] nossas presenças constituem jangada à deriva, levada por um elemento tão rarefeito em nosso universo onde funciona o simbólico, que dele restariam apenas algumas poças aqui e ali” (Deligny, 2015, p. 232).

Desativar o modo objetivo e intencional com o qual se é habituado a viver – no qual cada pequena ação deve ter um objetivo determinado –, para poder exercer um modo mais à deriva, implica deslocamentos. Os deslocamentos, tanto de pensamentos sobre grupalidade, eficiência terapêutica, como deslocamentos das posições e posturas dos profissionais, só podem acontecer a partir da experimentação. Experimentação dos corpos em ação, no presente do que vivem, colhendo efeitos, produzidos num campo compartilhado, nas passagens de uma ideia a outra, de um gesto a outro, da eloquência à gagueira. O acompanhamento de Violeta traz elementos que ressaltam passagens. No início eram basicamente os corpos iniciando contato e construindo, ao longo do tempo, possibilidades de conviver por algumas horas, algumas vezes na semana. Os gritos irritavam a ela, à mãe, aos profissionais e durante muito tempo foram intensamente presentes nos atendimentos.

Em tais atendimentos – exercício de composição corporal e sonora – a respiração, a disponibilidade corporal, as modulações dos sons, o toque são ferramentas de trabalho. Estar com crianças que apresentam formas diversas em fazer contato é um exercício que demanda suspender a ansiedade por modificações dos comportamentos indesejados, para que outras coisas possam acontecer. Às gestualidades que escapam aos modos majoritários, vem-se fortalecendo certa intolerância. Aos modos de falar diferentes, às crianças que gritam ensurdecedoramente, que desviam os padrões de andar, sentar, comunicar, estar junto, vêm-se criando cada vez mais técnicas e procedimentos de contenção, treinamento, relação.

O conhecimento teórico sobre o autismo, a primeira infância, a relação mãe-bebê, entre outros, são importantes, mas sozinhos não garantem que se possa fazer um trabalho interessante para a singularidade daquela vida que se apresenta. Trata-se de pensar também o que é possível de ser acionado e refeito nas corporeidades durante a prática clínica. Trabalho sobre o sensível:

Um corpo ativo é um corpo cuja sensibilidade afetiva é forte, flexível, lábil. Com efeito, ser afetado não significa, em si, padecer. Muito pelo contrário, quanto mais a aptidão do corpo a ser afetado é reduzida, mais o corpo vive num seio meio restrito, insensível a um grande número de coisas, às múltiplas distinções delas: esse corpo não sabe responder se não for de maneira unilateral, às solicitações de seu meio exterior, aos problemas que o mundo lhe põe (Séverac, 2009, p. 24).

Desta forma, os profissionais ativam a sensibilidade que, aliada a conhecimentos teóricos-clínicos, ou conhecimentos de experiências vivenciadas, podem compor ações que apostem na singularização das vidas. O trabalho sensível não é exclusividade do profissional. Nos grupos, as crianças também viviam intensos processos afetivos. Às vezes, as crianças iam para casa cansadas, um cansaço que não é somente pela brincadeira física, mas de todo um envolvimento afetivo que acontecia. São diferentes dimensões de transformação e de trabalho.

Os atendimentos de crianças que não se amparam na linguagem verbal e que convocam os profissionais a outros modos de estar junto convidam a um certo dançarinar, um “[...] agitar-se ou mover-se *como* um dançarino” (Ferreira, 1986, p. 519). Dançarinar como um procedimento experimentado nessas práticas, disparado no acompanhar, que faz aliança com os modos de agir menos normatizados, embalado pela ideia de Deligny de que o uso do infinitivo “[...] é o menos maternal uso possíveis dos verbos, visto que não há sujeito para arrematar” (Deligny, 2015, p. 109).

Com Violeta entre outras crianças, nos atendimentos individuais ou grupais, houve ocasiões de contágio com potencial de transformação dos corpos envolvidos de formas variadas. Não se trata aqui da construção de receitas de como se relacionar, colocar-se próximo, gesticular. Da velocidade da fala e sua intensidade... Nada disso. Algo de uma transformação que é vivida singularmente e coletivamente entre os envolvidos, que potencializa o momento do encontro.

Acompanhar trajetórias rodopiantes, danças com as águas, corridas pelos espaços, jogos corporais de aproximação e distância. Dançarinar com crianças é também entrar num certo estado corporal diferente do estado habitual que vivemos. Exige a desorganização da forma hegemonicamente funcional para o exercício das tarefas cotidianas, em nosso contexto social – esta forma endurecida de um “eu”, articulado pela linguagem, consciente de seus atos –, para poder exercer outras funções, como a de conectores. “Não existe momento algum em que a criança já não esteja mergulhada num meio atual que ela percorre, em que os pais como pessoas só desempenhem a função de abridores de porta, guardas de limiares, conectores ou desconectores de zonas” (Deleuze, 2006, p. 74).

Quando se consegue potencializar essa sensibilidade afetiva, desestabiliza-se camadas normativas que se sobrepõem ao corpo, acionando sua capacidade intensiva, criando ou produzindo o corpo “pleno de alegria, de êxtase, de dança” (Deleuze & Guattari, 1999, p. 11), feito pelo esquecimento e pela experimentação, chamado de Corpo sem Órgãos (CsO) por Deleuze e Guattari.

Exercício de desobediência, de torcer as finalidades dos gestos, do uso da voz, do silenciamento. O contato permanente com crianças e jovens que apresentam reações inusitadas diante da angústia, do medo, do desconforto, com gritos, choros, beliscões são contatos que produzem desassossegos, colocando os profissionais em movimento e produzindo efeitos sobre o sensível. Uma das possibilidades, não raras, é o impulso às tentativas de fazer as crianças cessarem o comportamento incômodo com ordens, com base na perspectiva de um comportamento faltoso à normalidade. Estar à deriva, levados por elementos rarefeitos solicita ativação da capacidade sensível para não atropelar as crianças e deixá-las ainda mais angustiadas somente nos lugares de falta e de anormalidade. Acostumar-se com o corpo como um organismo faz com que se tenha pouca tolerância com os desvios do uso de seus componentes. E, assim, se fortalece um

imperativo de ser preciso fazer o outro falar, gesticular ou se comportar com os aparelhos que têm e que não faz uso conforme o esperado. Passa-se boa parte do tempo colocando palavras nas bocas e sentidos nas ações de quem não o faz. “O que você quer dizer com isso? É isso?”, e “acho que ele quer dizer isso.” Ou mesmo: “ele quis dizer isso!”. Essas são afirmações que não dão lugar a dúvidas. Chuva de perguntas, falas e adivinhações que, por vezes, conseguem nos distanciar de acessar outra forma de estar junto. Como se fosse insuportável habitar aquilo que não é rapidamente significado.

Será tão triste e perigoso não mais suportar os olhos para ver, os pulmões para respirar, a boca para engolir, a língua para falar, o cérebro para pensar, o ânus e a laringe, a cabeça e as pernas? Porque não caminhar com a cabeça, cantar com o sinus, ver com a pele, respirar com o ventre (Deleuze & Guattari, 1999, p. 11).

O organismo é um estrato sobre o CsO. É um “[...] fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquias, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil” (Deleuze & Guattari, 1999, p. 21). O organismo e a subjetivação contribuem para nossas ações policialescas. Pensar um dançarinar como um procedimento com estas crianças, como um acesso à dimensão intensiva do corpo, ou do CsO, não é construir uma outra forma corporal estável, mas poder, justamente, brincar e operar na instabilidade disparada por esses encontros. Instabilidade das formas, das certezas, das pressuposições. Deixar outra coisa nos atravessar, nem que por alguns instantes. Isto não retira um profissional da perspectiva da adaptação do corpo do outro por completo, mas permite que se possa traçar outras linhas para os corpos se refazerem e poderem realizar composições, para além de fiscalizações.

São variações que produzem efeitos diferentes. No contexto de uma prática atrelada ao estado, seria ilusório dizer que somente um modo de atuar é possível. A cobrança adaptativa está inserida no contexto da clínica, não só pelas produções estatais, mas pela forma de subjetivação hegemônica. A possibilidade de variar traz para a clínica fugas, para que se vivam encontros a partir do desejo de estar junto e não pela tolerância com o “desajuste” do outro. Para ter desejo de estar com o outro é preciso ter supressão dos excessos de expectativas de resultado, de ansiedade pelo tempo, para ajustar aquilo que desvia do uso normativo do corpo, dos órgãos. É preciso compor com o que parece não ter sentido, dançar em frente aos espelhos, brincar com as águas das pias, rolar nos colchonetes das salas, seguir por danças no espaço.

É somente aí que o CsO se revela pelo que ele é, conexões desejos, conjunção de fluxos, continuum de intensidades. Você terá construído sua pequena máquina privada, pronta, segundo as circunstâncias, para ramificar-se em outras máquinas coletivas (Deleuze & Guattari, 1999, p. 22).

Talvez, a possibilidade de libertar os corpos para mais dançarinares coletivos possa apresentar linhas importantes para ver, afirmar e possibilitar os diferentes modos de existência. Tentativas de esvaziar o espaço de palavras e normativas e permanecer num certo silêncio e em movimento ao lado de crianças e jovens que torcem o uso dos órgãos.

“Suavidade de não ter nada a dizer; direito de não ter nada a dizer; pois é a condição para que se forme algo raro ou rarefeito, que merece um pouco ser dito” (Deleuze, 2008, p. 162). Afinal, é possível sempre se espantar com o que o silêncio pode proporcionar de intensivo ao corpo.

2.3 Um comum

Há um certo dançarinar, nomeado diferentemente nos vídeos produzidos por Fernand Deligny e companheiros. Quase como no cinema mudo, filmes como “Ce gamin lá” e “Project N” convocam os espectadores a um exercício difícil num mundo dominado pela linguagem verbal e por imagens rápidas e ligadas a representações de fácil acesso. São filmes que exigem de quem os assistem que mergulhem em outro tempo, a fim de fazer ver o que cotidianamente é pouco visto.

Aqueles espectadores que conseguem suportar a falta de diálogos, as lentas sequências nas quais se acompanha adultos e crianças em suas tarefas rotineiras, caminhando por terrenos sem muitos atrativos cinematográficos, carregando cestas, cortando tomates ou fazendo pães em forno à lenha, vivenciam um desvio da relação com as imagens e com as informações que se configura também como um exercício corporal, perceptivo e sensível. Como se o modo pelo qual se produz os filmes provocasse propositalmente uma experiência próxima ao que se passava no espaço de convivência com as crianças.

Durante a pesquisa, acompanhou-se alguns momentos coletivos de exibição desses filmes. Dois deles foram muito interessantes: uma exibição no CAPSij e outra numa sala de aula durante uma disciplina de um curso de terapia ocupacional. Nos dois momentos houve muita inquietação durante a exibição, intensa procura pelos aparelhos celulares e seus aplicativos e um incômodo com o silêncio das produções. A atenção de parte das pessoas foi desviada das imagens que pareciam a princípio nada transmitir. No CAPSij, após a exibição de parte do filme “Ce gamin lá”, que não chegou a ser exibido completamente pela impressão de que o grupo de espectadores não sustentaria mais tempo, houve uma conversa que trouxe esses elementos: demora, lentidão, falta de explicação. Elementos que diziam da dificuldade dos corpos contemporâneos em silenciar o mundo das significações, em adentrar em outros tempos que não o hegemônico e que têm seus efeitos na clínica, conforme vimos discutindo.

A predominância do modo veloz, informático e adaptador dos corpos, não é exclusividade dos anos atuais e, embora tenha sido intensificado no contemporâneo, era também um tema presente nos escritos de Deligny enquanto acompanhava o trabalho das presenças próximas. Lá, apontava que “[...] o que havia para atravessar era a linguagem. Melhor dizer que isso era só o começo” (Deligny, 2015, p. 79).

E nas imagens o que observamos e relacionamos com algumas experiências do acompanhar por um exercício de composição corporal é o esforço dos profissionais em atravessar muitas camadas que se sobrepõem aos corpos, nos processos de subjetivação e de adultificação. Há o silenciar das palavras, como há uma certa confiança nos pequenos corpos companheiros. Um certo deixar acontecer dos gestos infantis, que subvertem as disciplinarizações e acrescentam naquela forma de fazer rupturas pequenas e fundamentais.

A figura do adulto abre possibilidades, parece algumas vezes balizar os corpos infantis, mas não parece temer por eles quando não há situações de intenso risco. Nos

filmes, vê-se crianças manipularem objetos, como pedras, gravetos, facas, sem que os corpos dos adultos fiquem sobrepostos aos das crianças. Eles parecem realizar composições que sustentam as experimentações com os próprios objetos do espaços e com os fazeres, como cortar os tomates, sem buscar desviar as crianças destes. E, sobretudo, sem buscar competir pela atenção da criança se esta está envolvida com a água, ou com o bater de pedras, ou com algum movimento repetitivo e importante para ela.

Ao ver essas imagens, alguns espectadores do filme formularam perguntas a partir desses incômodos, que problematizavam o que se buscava nessa experiência, já que os adultos aparecem de maneiras pouco interventivas nas situações. Deligny (2015, p. 151) afirma que o que buscavam não tinha a ver com ensinamentos, adaptações, correções, e sim com “[...] o que pode haver de comum entre as crianças e nós”.

Para pensar e viver esse comum há de se realizar operações de desvio das coreografias hegemônicas, dos lugares propositores que não permitem invenções aos adultos e profissionais ao compor com as crianças e os jovens; há que se perceber o que há de policialesco em cada um e afirmar a necessidade de romper com o que está posto enquanto normativo.

[...] aí aparece o comunismo que pode se dizer primitivo, mas primitivo evoca certo estágio, certo momento, certo estado da história; melhor seria dizer comunismo primordial, “que é mais antigo e serve de origem” (Deligny, 2015, p. 80).

Como as profissionais do CAPSij – que precisaram subverter seus próprios gestos, na busca por compor com Violeta de outras formas, criar espaços mais livres de circulação das crianças, seguir mais do que restringir suas derivas –, também as presenças próximas de Deligny realizavam suas desmontagens do corpo normatizado. Observa-se, nos filmes, adultos batendo palmas, sem motivos aparentes, interrompendo seus circuitos para bater pedras e produzir som, o que, a princípio, causa estranhamento. Motivo existia, pois eram procedimentos para inserir no espaço gestualidades que pareciam ser importantes às crianças, não as deixando num lugar de invalidação e absorvendo o que poderia colaborar com uma partilha dos modos de habitar um território comum. Tessitura de rede composta por elementos heterogêneos e inusitados, quando se pensa no contexto das práticas atuais altamente protocolares. Tessitura de rede na qual o movimento ganha espaço e visualidade para reflexão, produzindo uma política dos corpos mais interessante e menos predestinada às hierarquias. “Se esta rede, toda miúda, tivesse uma vocação, seria a de tramar ao menos algum aspecto do comunismo primordial” (Deligny, 2015, p. 82).

Poderia-se pensar nessas invenções como atos de confiança na experiência infantil e na exploração que se desvia da linguagem. Félix Guattari (1985) também apresentava uma preocupação com a domesticação dos modos de ser, ao pensar a iniciação cada vez mais precoce das crianças pelos modos de vida adultocêntricos. Ele questionou:

Como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes ao ponto de perder muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão? Sua modelagem pelo mundo adulto parece efetuar-se, de fato, em fases cada vez

mais precoces de seu desenvolvimento [...] Uma das contradições internas dos empreendimentos ditos “escola nova” reside no fato de que elas limitam muito frequentemente suas intervenções ao nível das técnicas da linguagem, da escrita, do desenho, etc... sem intervir no motor desta modelagem cujas técnicas não são senão um dos agentes (Guattari, 1985, p. 50).

O ponto que nos parece, pois, importante é que cabe às crianças formar-se o mais cedo possível em uma certa *tradutibilidade do conjunto dos sistemas semióticos* introduzidos pelas sociedades industriais. A criança não aprende somente a falar uma língua materna, aprende também os códigos da circulação na rua, um certo tipo de relações complexas com as máquinas, com a eletricidade, etc... e estes diferentes códigos devem integrar-se aos códigos sociais do poder. Esta homogeneização das competências semióticas é essencial ao sistema da economia capitalista: “a escrita” do capital implica com efeito que o desejo do indivíduo, em seus diferentes desempenhos semióticos, seja capaz de se adaptar, de se “tradutibilizar” agenciando-se a partir de qualquer ponto do sistema sócio-econômico (Guattari, 1985, p. 52).

Talvez o investimento nessa relação de produção de novas coreografias ou composições corporais, que desviem dos usos da linguagem verbal enquanto elemento central, seja uma forma de craquelar as próprias tiranias hegemônicas. Apostar na capacidade dos corpos de entrar em conexão ou acessar um comunismo primordial, ao desafiar o adultocentrismo e a redução da sensibilidade e afetividade corporal, podem ser estratégias disparadas na clínica da infância. Hubert Godard (2011)⁵ diz que a criança, antes de entrar no mundo linguageiro, tem um corpo mais sensível, com os sentidos funcionando em suas diferentes possibilidades. Resta aos adultos experimentarem-se junto aos pequenos corpos e se deixarem ser conduzidos por modos menos endurecidos. Resta poder experimentarem alongar, torcer, desformatar seus corpos.

Referências

- Barros, R. B. (2009). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS.
- Deleuze, G. (2006). *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2008). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2010). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1999). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deligny, F. (2015). *O aracniano e outros textos*. São Paulo: n-1 Edições.
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A.
- Godard, H. (2011). *Entrevista à Suley Rolnik para o projeto Arquivo para uma obra acontecimento: projeto de ativação da memória corporal de uma trajetória artística e seu contexto*. São Paulo: Edições SESC.
- Guattari, F. (1985). *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lapoujade, D. (2017). *As existências mínimas*. São Paulo: n-1 Edições.

⁵Entrevista a Suley Rolnik para os arquivos sobre o trabalho de Lygia Clark.

Lepecki, A. (2012). Coreopolítica e coreopolícia. *Ilha*, 13(1), 41-60.

Rolnik, S. (1999). Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea. In L. Santaella & J. A. Vieira (Eds.), *Caos e ordem na filosofia e nas ciências* (pp. 206-221). São Paulo: Face e Fapesp. Recuperado em 10 de agosto de 2020, de <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/novascaos.pdf>

Séverac, P. (2009). Conhecimento e afetividade em Spinoza. In A. Martins (Ed.), *O mais potente dos afetos: Spinoza & Nietzsche* (pp. 17-35). São Paulo: WMF Martins Fontes.

Silva, J. A. (2018). *Políticas do encontro e as forças selvagens na clínica infantojuvenil* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Assis.

Contribuição dos Autores

Juliana Araujo Silva realizou a pesquisa de doutorado com orientação de Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima. Juliana Araujo Silva realizou a redação do texto e Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima contribuiu e fez a revisão final do material. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

CAPES.

Autor para correspondência

Juliana Araujo Silva
e-mail: juliana.arsi@gmail.com